



Ensino de Ciências na Educação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais

Ricardo Daniel Prestes Jacaúna^a, Ivanise Maria Rizzatti^b, Doralice Prestes Jacaúna Coelho^c
Emanuella Silveira Vasconcelos^d, Gisele Bordonal Tressoldi^e

^aProfessor no Instituto Federal de Roraima -IFRR

^bDocente do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências na Universidade Estadual de Roraima – UERR

^cDocente da Educação Básica – Governo do Estado de Roraima

^dProfessora na Universidade Federal de Roraima -Cap/UERR

^eMestranda no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências na Universidade Estadual de Roraima – UERR

ARTICLE INFO

Recebido: 03 de março de 2018

Aceito: 31 de outubro de 2018

Disponível on-line: 01 de maio de 2019

Palavras chave: Educação Inclusiva, Necessidades Educacionais Especiais, Ensino de Ciências.

E-mail:

ricardojacauna@gmail.com

niserizzatti@gmail.com

emanuellasvasconcelos@hotmail.com

doralice.bio@hotmail.com

giseletressoldi@hotmail.com

ISSN 2007-9842

© 2019 Institute of Science Education.

All rights reserved

ABSTRACT

Inclusive Education requires an integration in the relationships among Special Education. It requires a continuous movement of reflection, analysis and discussion, materialized through research and production of knowledge. In this sense, the present article aims to analyze the research carried out in Brazil in the last 10 years, from the perspective of Inclusive Education. In order to reach the objective, a bibliographical research was carried out by means of a survey in the bases of the CAPES and BDTD. The search verifies the. After the mapping studies were found showing in their results the predominance of reports about the fragility of the structures in the Education of students for the educational attendance of people with disabilities, as well as the difficulties experienced to offer academic activities that are effectively enriching and effective for the inclusion of students with SEN. It was also evidenced that the inclusion of students with SEN is a new topic that presents scarce literature, making the subject quite important nationally and present in the context of the construction of the educational scenario of the schools.

A inclusão escolar requer o aumento nas relações entre a Educação Especial. Isso exige um movimento contínuo de reflexão e discussão, materializadas por meio de pesquisas e produção do conhecimento. Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar as pesquisas realizadas no Brasil, nos últimos 10 anos, na perspectiva da Educação Inclusiva. Para atingir o objetivo, foi realizado um levantamento nas bases da CAPES e BDTD. Nas buscas foram localizados trabalhos, que apontam em seus resultados a predominância de relatos acerca da fragilidade das estruturas na Educação de alunos para o atendimento educacional a pessoas com deficiência, bem como as dificuldades vivenciadas para oferecer atividades acadêmicas efetivamente enriquecedoras e eficazes para a inclusão de alunos com NEE. Evidenciou-se ainda que a inclusão de alunos com NEE. É um tema novo que apresenta literatura escassa, tornando-o além de relevante nacionalmente, oportuno no contexto do cenário educacional das escolas.

I. INTRODUÇÃO

A Constituição Brasileira (Brasil, 1988) é clara ao eleger como fundamentos da República a cidadania e a dignidade humana (art. 1º, incisos II e III) e como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de TODOS, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Ela

garante, ainda, o direito à igualdade (art. 5º) e trata (no art. 205) do direito de todos à educação. Esse direito deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para Sant'Ana (2006) “Mais especificamente a partir da Declaração de Salamanca, em 1994, a inclusão escolar de crianças com necessidades especiais no ensino regular tem sido tema de pesquisas e de eventos científicos”, fazendo com que sejam propostas técnicas e formas de se programar estudos propostos na referida declaração.

Nessa perspectiva, Trentin (2016) aponta que a inclusão não tem sido efetivada em nosso meio de forma concreta e efetiva, pois incluir não é apenas integrar um aluno com algum tipo de deficiência física ou cognitiva. Incluir é um processo muito mais amplo e criterioso do que atribuir características taxativas a alguém através de políticas públicas ou atitudes assistencialistas.

Incluir é necessário, primordialmente, para melhorar as condições da escola desde a esfera humana até a social e científica, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras e que sejam capazes de aprender e se relacionar bem em meio à diversidade. Relacionar, neste caso, é definir algo em prol do outro, pela sua posição ou lugar, por aquilo que está entre os dois, não nele ou no outro. Caso contrário, a realidade seria como se a educação inclusiva significasse colocar os cegos e mutilados dentro da classe e nós, professores/“educadores”, continuarmos “normais”. O interessante do ponto de vista teórico, e talvez injusto do ponto de vista prático, é que, às vezes, usam-se as pessoas com necessidades especiais como referência para dizer que as que não possuem deficiência são “normais”, que não tem o que elas têm. Mas a educação inclusiva supõe, sobretudo, uma mudança de atitude no trabalho escolar, nas estratégias utilizadas, dos objetos e do modo como se organizam o espaço e o tempo na sala de aula. Incluir significa, então, aprender, reorganizar grupos, classes; significa promover a interação entre os alunos de um outro modo. Para tanto, deve-se ter um ensino que seja mais significativo e atraente aos alunos, no qual o saber esteja disponível e acessível indistintamente a todos (Ferreira e Silva, 2013).

Granemann (2005) afirma que a proposta inclusiva veio para marcar uma etapa importante na educação mundial, que é justamente a educação para todos. Tal ambição só será possível com metodologias de ensino diferenciadas e que atendam os alunos com necessidades educacionais especiais, professores com atitudes e posturas adequadas para lidar com os alunos, integração social, enfim, tudo que possa proporcionar aos alunos um ensino regular digno para todos os seres humanos. “O conhecimento é algo que se encontra em constante transformação, revisão, superação”.

Na escola o ensino de Ciências muitas vezes, apresentam temas de difícil compreensão e isso pode ser um desafio para professores e alunos. As aulas práticas apresentam formas de estudos que nem sempre são acessíveis para todos, por exemplo, olhar um material no microscópio. Este e outros pontos devem ser analisados minuciosamente pelo professor para que nenhum aluno seja “excluído” do aprendizado (Camargo, 2006).

O objetivo desta pesquisa é discutir qual o papel dos professores de Ciências no contexto da Educação Inclusiva, além de identificar as metodologias empregadas atualmente pelas escolas e por professores de Ciências em situações de aulas com alunos com necessidades educacionais especiais.

Para a fundamentação deste trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica a fim de compreender um pouco mais sobre a Educação Inclusiva e formação/atuação de professores de Ciências no que diz respeito à inclusão.

Os descritores utilizados nesta pesquisa foram: Educação Inclusiva, Ensino de Ciências, Ciências e Educação Inclusiva, Práticas de Inclusão, Educação Especial, Necessidades Educacionais Especiais, entre outros termos que foram necessários no decorrer deste trabalho.

Apenas foram utilizados nesta pesquisa artigos publicados entre os anos 2006 à 2016, a fim de envolver as discussões mais recentes sobre o assunto.

II. O PAPEL E FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com o Ministério da Educação - Secretaria De Educação Especial (Brasil, 2004), o professor necessita de suporte técnico-científico para conhecer mais a respeito da prática de ensino na Educação Inclusiva e saber aplicá-la no cotidiano. Este suporte deve ser dado pela escola e não somente ser um processo individual do professor em particular.

O professor junto a coordenação pedagógica da escola deve analisar quais os recursos que a escola apresenta e como o professor pode estimular a criatividade para lidar com alunos com necessidades especiais, além disso, acredita-se ser importante que o professor tenha um acompanhamento interdisciplinar para aprimorar seus conhecimentos a respeito dos recursos e métodos para o ensino destes alunos.

Mas, em contrapartida, Reily (2008), discute que o professor não é o principal responsável pela educação dos alunos com necessidades educacionais especiais. A escola também deve responder por este papel, e a inclusão deve obedecer a níveis como trabalho pedagógico, relações em sala de aula, comprometimento do professor, na escola e nas relações com a família.

A partir de uma educação que busque contemplar sólidos ideais sociais e humanos, a sociedade poderá perceber que a integração por meios físicos pode ser obtida com a solidariedade alheia (alguém que empurre uma cadeira de rodas em locais de difícil acesso ou ajude um deficiente visual a se locomover em um local desconhecido). Porém, a inclusão do conhecimento (inclusão cultural, científica etc.), ou seja, aquela que remete à construção de um saber e a sua articulação com as diversas esferas da vida, muitas vezes está aquém das possibilidades de simples ajuda ou da boa vontade do próximo. Em outras palavras, para incluir o conhecimento na vida de alguém não basta boa vontade. É necessário haver um trabalho sério e firmeza nos propósitos e ações que se pretende traçar para a construção do futuro.

No Ensino de Ciências o raciocínio deve ser o mesmo: diferentes estratégias são necessárias para que o professor desenvolva o conteúdo de Ciências com estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais. Assim, é necessário discutir qual o real papel dos professores na inclusão, como a formação dos professores está diretamente ligada ao processo de inclusão e como metodologias de ensino podem interferir no processo de aprendizado de Ciências destes alunos.

Nesse sentido, acredita-se que se não houver uma ruptura no ensino tradicional, em especial o de Ciências ministrado em muitas escolas, o processo educativo não será plenamente inclusivo, pois deixará de valorizar as potencialidades dos alunos em detrimento a um ensino sem propósito e apenas decorativo.

III. METODOLOGIA

De abordagem qualitativa, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008), é uma técnica utilizada com grande frequência em estudos exploratórios ou descritivos, casos em que o objeto de estudo proposto é pouco estudado e implica um conjunto ordenado de procedimentos de busca de soluções, atento ao objeto de estudo. Para o desenvolvimento deste estudo, foi utilizada como fontes de coleta de dados a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram realizadas buscas de artigos publicados no período de janeiro de 2006 a setembro de 2016, utilizando os seguintes descritores: deficiência; educação especial; inclusão escolar.

Após levantamento, foram encontradas 101 pesquisas entre artigos, teses e dissertações sobre a temática Escolarização e Educação de alunos com NEE, sendo que somente 10 artigos tiveram como foco a deficiência e a Educação do ensino de ciências de alunos com NEE.

As pesquisas analisadas nesse artigo trazem para discussões questões relacionadas às trajetórias escolares de alunos com deficiência; inclusão escolar de alunos com deficiência e as práticas pedagógicas; a evolução ao direito a educação com deficiência.

Os objetivos, sujeitos de pesquisa, instrumentos para coleta de dados e principais resultados alcançados pelas pesquisas desenvolvidas por Santos (2009), Luz et al. (2015), Mirandela (2008), Prane, et al (2011), Oliveira (2014), Gonçalves et al. (2013), Camargo (2010), Tato e Barbosa (2007), Monteiro e Manzini (2008), Mendonça (2013).

IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que as pesquisas apontam sobre as trajetórias escolares dos alunos com deficiência? Como ocorre o processo de inclusão escolar destes alunos nesta modalidade de ensino? Tendo como ponto de partida os questionamentos anteriores, traz-se para a discussão as pesquisas desenvolvidas.

Santos (2009), discute que a Educação Inclusiva requer dos professores mudanças sociais e individuais, e que a utilização de recursos didáticos diferenciados (recursos estes que já são muito utilizados no Ensino de Ciências em geral) ajuda na busca da identidade intrapessoal e interpessoal de ambos (alunos e professores). Para a autora, a relação aluno-professor deve ser de parceria e cumplicidade e que a partir daí as dificuldades no aprendizado podem ser minimizadas, fazendo com que este aluno possa interagir socialmente e ajudando-o a ser ativo no processo de aprendizagem e de sua realização como sujeito.

Sobre a capacitação do docente Crozara (2008), discute que o grande desafio que se coloca na escola de hoje é uma maior atenção às diferenças individuais e ao contexto de aprendizagem, uma flexibilização da organização curricular, das estratégias de ensino, da gestão dos recursos e do currículo a fim de proporcionar o desenvolvimento de todos os alunos de acordo com suas necessidades. Para a autora, é indispensável que o docente possua conhecimentos que lhe permitam ensinar, na mesma classe, alunos com capacidades diferentes e com níveis diferenciados de conhecimentos prévios. Ela desenvolveu sua pesquisa abordando aspectos da Educação Inclusiva, na formação do Professor de Geografia. As metodologias utilizadas para trabalhar com alunos cegos ou com visão sub-normal, contribuindo com a formação do licenciado em Geografia, pois muitos mapas e outros materiais cartográficos não têm adaptação para o uso de todos em sala de aula.

No que se refere a inclusão escolar Luz et al. (2015), buscaram perceber os impactos das Tecnologias Assistivas no processo de desenvolvimento e aprendizagem de alunos com deficiência visual, analisando os limites e possibilidades desses recursos. Entrevistando duas alunas deficientes do Ensino Fundamental II e quatro professores. Os resultados evidenciaram que as Tecnologias Assistivas auxiliaram de forma significativa no desenvolvimento e aprendizagem de deficientes visuais e por isso, faz-se necessário pensar a inclusão social de indivíduos cegos utilizando-se ferramentas tecnológicas, a partir de um novo pensar acerca do desenvolvimento e aprendizagem dos mesmos, visando facilitar o acesso aos conhecimentos científicos e culturais, desenvolvendo suas potencialidades e habilidades como qualquer outro indivíduo.

Complementando essa ideia Prane et al. (2011), descrevem algumas dificuldades e soluções encontradas em uma experiência com alunos com deficiência visual, matriculados no ensino médio. Relatando práticas desenvolvidas em sala de aula para garantir a esses alunos o direito à aprendizagem em matemática. Apresentam a importância do uso do multiplano como ferramenta para o traçado dos gráficos de funções e a elaboração de material adaptado para o ensino de tabelas e gráficos. Destacam a importância da parceria entre pesquisadores e toda a equipe pedagógica, pois, em geral, a forma de aprender matemática de um aluno desprovido do sentido da visão exige empenho e mudanças no planejamento docente.

Sobre as práticas pedagógicas Oliveira (2014), desenvolveu sua pesquisa que envolve a educação da pessoa com deficiência. Conforme a autora a Educação Especial pode ser entendida a partir de três períodos: o primeiro, conhecido como Pré-história da Educação Especial, um período marcado pela rejeição e abandono às pessoas deficientes e a total exclusão social; o segundo, denominado como “Era das Instituições”, um período influenciado pelas ideias iluministas, que marca a criação de instituições e iniciativas voltadas à educação do deficiente; e o último período, uma fase marcada pela obrigatoriedade e expansão da educação básica no país, pela busca de mecanismos capazes de detectar o tipo de deficiência e da utilização de métodos capazes de atender essas pessoas numa proposta inclusiva objetivando fornecer informações históricas acerca da temática, que nos leve a reflexões capazes de fomentar o desejo de buscar mudanças que condigam com o princípio da liberdade.

A pesquisa desenvolvida por Gonçalves e Festa (2013), discorre sobre a realidade dos procedimentos metodológicos utilizados para alunos Surdos de uma escola regular de Curitiba. Observando as práticas e estratégias metodológicas, dos professores, no planejamento das aulas para obter um panorama do ensino. Concluíram que as escolas além de inclusivas e garantir os recursos necessários ao aluno Surdo, é fundamental que tenham professores capacitados e comprometidos com a educação de todos.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio Camargo (2010), ao analisar um estudo que buscava compreender as principais barreiras para a inclusão de alunos com deficiência visual no contexto do ensino de física. Focalizou aulas de mecânica, analisando as dificuldades comunicacionais entre licenciados e discentes com deficiência visual.

Para tal, enfatizaram as estruturas empírica e semântico sensorial das linguagens utilizadas, indicando fatores geradores de dificuldades de acessibilidade às informações veiculadas. Recomendou, ainda, alternativas que se destinam a dar condições à participação efetiva do discente com deficiência visual no processo comunicativo. Conclui afirmando que a comunicação representa a principal barreira à participação efetiva de alunos com deficiência visual em aulas de mecânica, e enfatiza a importância da criação de canais comunicacionais adequados como condição básica à inclusão desses alunos.

Ainda sobre alunos com deficiência visual Tato e Kima (2007), relatam e discutem um acompanhamento semanal extraclasse de alunos portadores de necessidades especiais visuais, matriculados no curso regular de Ensino Médio do Colégio Pedro II.

Nesta atividade de inclusão, observaram a extrema dificuldade no desenvolvimento matemático de algumas equações básicas para análise de dados pelos alunos com cegueira total, cuja escrita é feita integralmente em Braille.

Com o intuito de minimizar tais dificuldades de integração escolar, elaboraram um material para equacionamento físico-matemático que possibilitavam a equiparação entre deficientes visuais e videntes na realização de atividades que exigiam equacionamento de dados. Tal dificuldade, muitas vezes, é disfarçada numa sala de ensino regular, devido ao “auxílio” fornecido pelos colegas que ditam respostas prontas, corroborando e, algumas vezes, aumentando a dependência desses alunos, retirando-lhes a autonomia na execução de tarefas e reduzindo seu valor na atuação de atividades em grupo.

Os autores observaram que Somente através da produção de materiais que atendam às necessidades desses alunos, gerando igualdade de possibilidades, pode-se ter um ensino realmente inclusivo.

Sobre a educação inclusiva de qualidade Monteiro e Manzini (2008), analisam as concepções dos professores que determinam as atitudes sociais em relação à inclusão do aluno com deficiência na sala de aula.

Dentre dessa temática, questionam a concepção de inclusão do professor do ensino regular que muda no decorrer do ano letivo após a entrada de alunos com deficiência. Participaram do estudo cinco professores do ensino regular que atuavam em sala de aula com, pelo menos, um aluno com deficiência, em três escolas de Município do interior Paulista.

Os dados foram coletados durante um ano letivo, ao final do ano. Os dados foram tratados por meio da técnica designada como análise da enunciação.

Os resultados mostraram mudanças de concepções nas subclasses: expectativa em relação à inclusão do aluno com deficiência no ensino regular, experiência em relação à inclusão, perfil do aluno para ser matriculado no ensino regular; ritmo de aprendizagem do aluno com deficiência na sala de aula regular, avaliação da aprendizagem do aluno com deficiência, dificuldades em lidar com a diversidade, dificuldade em lidar com a disciplina/comportamento do aluno com deficiência e dificuldade para ensinar o aluno com deficiência. Concluíram que a entrada, por si só, do aluno com deficiência no ensino regular não garantiu a mudança de concepção dos professores.

Ao citar a deficiência intelectual Mendonça (2013), à luz dos pressupostos teóricos da psicologia histórico-cultural, a autora investigou a formação docente nos processos de inclusão de alunos com deficiência intelectual. As estratégias pedagógicas por eles propostas em situações de sala de aula envolvendo alunos deficientes intelectuais incluídos.

Nesse processo, emergiram duas temáticas investigativas centrais: A – (Ausência de) autonomia dos alunos com deficiência intelectual em sala de aula e B – Limitação cognitiva dos alunos com deficiência intelectual. A partir dessas análises, problematizaram-se, no coletivo profissional, as concepções de desenvolvimento associadas às práticas pedagógicas adotadas com os alunos deficientes intelectuais incluídos. Uma particularidade apreendida desse processo de pesquisa é que as concepções e práticas educativas só podem ser transformadas por meio da ressignificação dos coletivos profissionais, restituindo aos professores o seu poder de ação e reflexão conjunta, que está dado por condições materiais (históricas, culturais e econômicas) específicas.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa e de estudos realizados acerca deste assunto, foi possível perceber que cada vez mais professores, escolas, alunos, familiares e tudo que envolve o assunto educação têm se preocupado em incluir alunos com necessidades educacionais no contexto geral, facilitando seu acesso, proporcionando metodologias de ensino que visam atingir a todos. Desta forma, deve haver maior preocupação e mobilização em discutir de forma adequada e efetiva, qual a formação dos professores de Ciências no contexto geral de Educação Inclusiva e, além disso, como professores podem colocar em prática tudo vivenciado na sala de aula para seus alunos.

O processo de inclusão deve ser visto como necessidade e uma causa que deve ser abraçada por todos. É importante que tenhamos consciência de que a educação deve ser oferecida de forma completa para todos, respeitando a dificuldade de cada aluno, especial ou não. Em se tratando de alunos com necessidades educacionais especiais, devemos também proporcionar maneiras de inserir este aluno no contexto social vivido dentro das escolas.

Os professores são cobrados para terem uma postura inovadora, uma busca pelo conhecimento constante, uma atualização de conhecimentos, postura esta que sempre fez parte da vida dos educadores. Mas quando dizemos a respeito de inclusão, a formação destes professores deve trazer a prática de ensino, e não somente a teoria a respeito do que deve ser feito dentro e fora de sala de aula inclusiva. Trata-se de um processo que deve se iniciar desde o início da formação do professor até o momento em que o mesmo se torna um educador responsável pelo aprendizado de vários alunos, dentre estes alguns que necessitam de cuidados e metodologias diferenciadas.

O Ensino de Ciências, assim como todos os outros, pode ser ministrado com diversos trabalhos dinâmicos, metodologias diferenciadas, inovadoras e criativas e podem fazer com que se trate de um assunto interessante, e a partir do qual alunos podem fazer paralelos e trazer muito do que é visto dentro de sala de aula para o cotidiano. Não podemos esquecer que o Ensino de Ciências também apresenta temas complexos, que muitas vezes não são compreendidos a princípio pelos alunos e, por mais este motivo, deve ter a atenção/cuidados necessários para ser ministrado da melhor forma possível, e para que este ensino e todos os outros não desconsiderem os alunos com necessidades educacionais especiais.

Se o assunto é cada vez mais estudado, discutido e vivenciado, são necessárias mais ações na formação inicial dos professores como, atividades e estágios curriculares, projetos de pesquisa e extensão, debates, seminários acadêmicos, visitas de campo. Abordando temas e ações da Educação Inclusiva, além de cursos de formação continuada e especializações em diversas áreas das necessidades educativas especiais, ou seja, extensões que viabilizem o estudo na inclusão na prática dos professores.

Em suma, é possível proporcionar um ensino de qualidade que atenda a todos, mas para isso, deve haver uma mobilização geral e até mesmo aceitação para que dentro de uma sociedade tenhamos igualdade entre todos.

REFERÊNCIAS

Brasil, Ministério da Educação. (2004). *Educação inclusiva - a escola*. Brasília: Secretaria de Educação Especial.

Camargo, É. P. (2016). A comunicação como barreira à inclusão de alunos com deficiência visual em aulas de mecânica. 22 set. 2016, de Cielo Sitio web: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132010000100015.

Camargo, É. P., & Viveiros, E. (2006). Ensino de ciências e matemática num ambiente inclusivo: pressupostos didáticos e metodológicos. 08/07/2018, de UNESP Sitio web: <http://www2.fc.unesp.br/encine/documentos/AP/2006/2-ensino+de+ciencias+e+matematica+num+ambiente+inclusivo+pressupostos+didaticos+e+metodologicos.doc>.

Crozara, T.F. (2016). Construção De Material Didático Tátil E O Ensino De Geografia Na Perspectiva Da Inclusão. 24 ago. 2016, de Universidade Federal de Uberlândia - UFUB Sitio web: <https://ssl4799.websiteseuro.com/swge5/seg/cd2008/PDF/IC2008-0305.PDF>

- Ferreira e Silva, C. (2013). Educação Inclusiva E O Ensino De Ciências. 11 jul. 2016, Sitio web: <http://www3.izabelahendrix.edu.br/ojs/index.php/aic/article/view/402/364>.
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Gonçalves, H. B, & Festa, P. S. V. (2013). Metodologia Do Professor No Ensino De Alunos Surdos. 08 set. 2016, Sitio web: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n6/ARTIGO-PRISCILA.pdf>.
- Granneman, J. L. (2006). Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola: uma proposta necessária e em ascensão. 24 ago. 2016, de Universidade Católica Dom Bosco, Sitio Web: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt15-3634-int.pdf>.
- Mendonça, F. L. R. (2013). Entre concepções docentes e práticas pedagógicas: o processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual na rede pública de ensino do Distrito Federal. 14 set. 2016, Sitio web: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/14449>.
- Monteiro, A. P. H, & Manzini, E. J. (2008). Mudanças Nas Concepções Do Professor Do Ensino Fundamental Em Relação À Inclusão Após A Entrada De Alunos Com Deficiência Em Sua Classe. 05 ago. 2016, Sitio web: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382008000100004.
- Oliveira, J. B. G. (2014). A Perspectiva Da Inclusão Escolar Da Pessoa Com Deficiência No Brasil: Um Estudo Sobre As Políticas Públicas. 2014. 07 set. 2016, Sitio web: <http://www.seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2250>.
- Prane, B. Z. D. et al. (2011). Matemática para deficientes visuais no ensino médio regular: desafios, possibilidades e perspectivas. 09 set. 2016, Sitio web: http://ww.cimm.ucr.ac.cr/ocs/index.php/xiii_ciaem/xiii_ciaem/paper/view/2138.
- Reily, L. H. (2008). Estratégias pedagógicas na escola inclusiva. 26 set. 2016. Sitio web: http://www.papirus.com.br/entrevista_detalhe.aspx?chave_entrevista=7&menu=autores.
- Sant'Ana, I. M. (2005). Educação inclusiva: concepção de professores e diretores. *Psicol. estud.*, 10, 2, 227-234.
- Santos, S. O. (2009). *Educação inclusiva: representações de professores de uma escola pública do estado de São Paulo*. São Paulo: USP
- Silva Luz, C. F., et al. (2015). Educação Inclusiva E Tecnologias Assistivas: Uma Análise Acerca Da Aprendizagem De Deficientes Visuais. 11 ago. 2016, Sitio web: http://www.educonse.com.br/2012/eixo_11/PDF/25.pdf.
- Tato, A. L., & Lima, B. M. C. (2007). Material De Equacionamento Tátil Para Portadores De Deficiência Visual. 09 set. 2016, Sitio web: <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/vienpec/CR2/p955.pdf>.
- Trentin, V. B. (2016). Escolarização de jovens e adultos com deficiência nas pesquisas de pós-graduação. 02 ago. 2016, Sitio web: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/19693>.